

Ata da décima quarta reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI

1 Às dez horas e quinze minutos (10:15) do dia dezessete de outubro de dois mil e
2 dezessete (17/10/2017) deu-se início no INDI, situado à rua Bernardo Guimarães, 1.587,
3 em Belo Horizonte, a décima quarta reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação
4 (CTEI) do Comitê Interfederativo (CIF) que visa à recuperação, mitigação, remediação e
5 reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana-
6 MG. A reunião se iniciou com a apresentação do diretor vice-presidente do Instituto de
7 Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), Ricardo Machado Ruiz, dando boas-
8 vindas aos representantes dos órgãos que compareceram. Em seguida, deu-se início a
9 pauta proposta para a reunião do dia, que foi a seguinte: na parte da manhã seria 1.
10 Discussão sobre Tributos Cessantes, 2. Criação de peixes em tanques rede, 3. Análise de
11 ofício enviado pela Fundação Renova: pedido de dilatação do prazo para apresentar
12 estudo de viabilidade sobre certificação produtos com insumos da mineração, 4. Análise
13 de ofício da Fundação Renova: pedido de retificação da Deliberação CIF 78, 5. NT sobre
14 ajustes no documento da Fundação Renova sobre a Retomada das Atividades
15 Agropécuaras, 6. Análise do documento da Fundação Renova: Diversificação da
16 Economia Regional, 7. Análise do documento da Fundação Renova: Micro e Pequenos
17 Negócios, 9. Verificação dos documentos da Fundação Renova que não foram analisados
18 e 10. Criação do Grupo Técnico de Energia com a participação de INDI, Renova,
19 Prefeitura de Mariana, CT Manejo de Rejeitos e CEMIG. Júlio Vasconcelos da Secretaria
20 de Agricultura da Prefeitura de Mariana questiona se há uma pessoa mais adequada que
21 a Prefeitura possa indicar para participar das questões referentes ao ressarcimento dos
22 danos causados pelo rompimento da barragem. Ricardo Ruiz informa sobre os tributos
23 cessantes que, de acordo com deliberação do CIF, deverá ser feito levantamento sobre
24 o que são tributos cessantes e qual a metodologia a ser utilizada para identificar esses
25 tributos. Rossana Lombardi, advogada do INDI, faz uma apresentação sobre lucros
26 cessantes para auxiliar na identificação dos tributos cessantes. Rossana informa que não
27 existe uma previsão legal para instituir os tributos cessantes. Ricardo Ruiz informa que
28 diversos municípios atingidos pelo rompimento da barragem exigiram a indenização
29 através de denominados tributos cessantes. Ricardo Ruiz concorda com a avaliação
30 jurídica apresentada e indica a necessidade de se estimar a receita fiscal cessante em
31 função do acidente, pois é inadequado o uso do termo tributos cessantes. Antônio
32 Emílio, secretário de Governo da Prefeitura de Rio Doce, informa que houve queda na
33 arrecadação do município de cerca de 20% da receita total. Ricardo Ruiz acredita que
34 seria interessante identificar a metodologia sobre como será feito o levantamento da
35 receita fiscal cessante, principalmente sobre os municípios de Mariana, Rio Doce,
36 Aimorés, Santa Cruz e Anchieta. Deverá ser enviado ofício aos secretários de Fazenda
37 dos municípios envolvidos para que auxiliem na identificação das receitas que foram
38 impactadas pelo acidente. André Cintra da Ramboll sugere que seria interessante incluir
39 o município de Guarapari no TTAC, pois também foi impactado pela queda da atividade
40 econômica em Anchieta. Ricardo Ruiz informa que a inclusão de Guarapari poderia ser
41 feita a semelhança de Ouro Preto através de nota técnica justificando porque seria
42 incluído. Emanuel Marra da SEDESE contribui no sentido de avaliar se seria interessante
43 incluir a questão das perdas de ICMS pelos estados. Ricardo Ruiz completa que também
44

45 seria possível avaliar o impacto nas arrecadações tanto dos estados, quanto da União,
46 contudo, o CIF indicou somente um estudo sobre o impacto nos municípios. Ricardo
47 informa que será feita uma nota técnica referente aos 5 municípios e que a CTEI enviará
48 ofício aos secretários de Fazenda para que contribuam com o envio de informações
49 sobre a arrecadação fiscal para que auxiliem na elaboração da nota técnica a ser
50 encaminhada ao CIF. Ricardo informa que esse foi um pedido do Fórum Permanente das
51 Prefeituras atingidas pelo rompimento da barragem. O próximo item da pauta trata da
52 criação de peixes. Fernanda Rabelo do governo do Espírito Santo apresenta a nota
53 técnica sobre o projeto “Cultivando para Pescar” elaborado pelo Comitê da Bacia
54 Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Rio Doce) que também está em análise na Câmara
55 Técnica de Biodiversidade. Ricardo Ruiz sugere alterações no documento em que todos
56 concordam. Pedro Moreira da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de
57 Minas Gerais (SEDA) informa que é importante que esse projeto não se alongue ao
58 tempo para que a execução não demore mais a ocorrer e que o projeto tenha custos de
59 mercado para evitar majoração de despesas. Ricardo Ruiz informa que seria
60 interessante constar que deveria ocorrer em início imediato. A nota técnica deverá ser
61 enviada com as alterações sugeridas para a próxima reunião do CIF a ser realizada no
62 dia 18/10. E que a referência técnico-econômica para o projeto deverá ser a da
63 Fundação do Banco do Brasil, principalmente o que for relacionado ao custo do projeto.
64 O próximo item trata da nota técnica sobre as instituições financeiras para o programa
65 de saneamento. Ricardo Ruiz apresenta que foi um pedido de esclarecimento sobre a
66 nota técnica anterior aprovada pela CTEI. A nota técnica avalia como adequada a
67 inclusão de três instituições financeiras para participar das atividades previstas, que
68 seriam o Bandes, BDMG e Caixa Econômica Federal. A nota técnica foi aprovada por
69 todos. O próximo ponto foi sobre a dilação de prazo solicitado pela Fundação Renova.
70 Há um estoque de rejeitos deixados pelo rompimento da barragem e deverá ser avaliado
71 um destino econômico para ser utilizado na construção civil, fertilizantes ou química.
72 Também foi sugerida a criação de um selo de reconhecimento por favorecimento ao
73 projeto para que seja reconhecido como ecologicamente correto. A Fundação Renova
74 pediu que o prazo seja revisto para o dia 6 de março. Fernanda Rabelo acredita que o
75 prazo é razoável e que o tema é complexo e que a prorrogação é adequada. Ricardo Ruiz
76 esclarece que se trata de um estudo estimado em 140 mil reais e que a Renova solicita
77 prazo para contratação desse estudo para identificar o rejeito e apresentação do
78 programa de utilização dos rejeitos. Então não se trata do programa em si, mas somente
79 da contratação de empresa para elaborar o programa. André Cintra da Ramboll informa
80 que não se pode esquecer do histórico em que desde o início do TTAC havia uma
81 deliberação para que o prazo deveria ser efetivamente cumprido. Informa também que
82 a CT de Rejeitos está discutindo a questão sobre ser utilizado o espaço da Fazenda
83 Floresta em que será criada uma nova área para deposição de rejeitos, e deve-se atentar
84 para que o tempo em que se for utilizado o rejeito pode ser tarde demais para utilização
85 pelo programa. Júlio Vasconcelos da Prefeitura de Mariana acredita que o prazo pode
86 ser aceito desde que tenha um estudo já pronto e com a proposta do selo de qualidade
87 já encaminhada. Ricardo Ruiz informa que a Fundação Renova não executou o programa
88 pois não havia prazo estipulado no TTAC e que o CIF começou a indicar prazo para que

89 não passe muito tempo sem que se realizem as tarefas. Pedro Moreira da SEDA sugere
90 que seja dado prazo de 90 dias para contratação de empresa e mais 90 dias para
91 apresentação do estudo, o que deverá atender o prazo solicitado pela Fundação Renova.
92 Júlio Vasconcelos insiste na questão do estudo e adverte que a implementação é mais
93 complexa. Também solicita esclarecimento sobre o detalhamento dos programas.
94 Ricardo Ruiz esclarece que a Fundação Renova deverá contratar instituições que tenham
95 capacidade de elaborar tal estudo cujo objetivo é ter uma proposta de programa. Foi
96 decidido que a contratação da empresa para elaborar o programa deverá ser até dia 23
97 de novembro e a apresentação do estudo deverá ocorrer até 6 de março de 2018 e que
98 já se aponte o início da implantação do projeto. Leonardo Kalil da SEAPA acredita que a
99 Fundação Renova demorou para iniciar a contratação e receia que o prazo para
100 contratação ainda é exíguo. Ricardo Ruiz informa que há tecnologias disponíveis e que
101 a Fundação Renova já está ciente da contratação do projeto há mais de um ano. O
102 próximo ponto de pauta trata da retirada da cláusula 142 do TTAC que trata do
103 ressarcimento aos municípios atingidos. Ricardo Ruiz avisa que a deliberação do CIF nº
104 78 informa sobre a declaração de órgãos competentes e que reconheceram cerca de R\$
105 27 milhões que foram gastos em decorrência do evento. Há declarações de gastos de
106 órgãos de Minas Gerais, Espírito Santo e da União, mas não constam de municípios. Isso
107 se refere até 2 de março de 2016. Após essa data os compromitentes deverão fazer o
108 levantamento dos gastos e a Fundação Renova deverá discutir com os municípios. Os
109 municípios não são considerados compromitentes pelo TTAC. Então os municípios
110 deverão fazer o levantamento sobre todos os gastos feitos relativos ao evento. Luana
111 Godinho da SEMAD informa que os gastos não contemplam o que estariam no anexo I.
112 Fernanda Rabelo informa que foram feitos diversos gastos além do que foram
113 declarados e sugere que outros órgãos façam o pedido do ressarcimento
114 posteriormente. Qualquer gasto que ainda não foi apresentado ainda está em discussão,
115 tanto que foram feitos por órgãos, quanto por municípios. Júlio Vasconcelos da
116 Prefeitura de Mariana considera absurdo o levantamento desses gastos e que estão
117 tendo grandes dificuldades para apresentar os comprovantes dos gastos feitos pelo
118 município. Luana Godinho da SEMAD informa que diversos municípios não se
119 manifestam em relação a valores gastos, mas que deveriam ter pelo menos a condição
120 de estimar os valores gastos. Parece que Rio Doce foi um exemplo de município que
121 conseguiu apresentar a relação de gastos realizados. Pedro Moreira da SEDA informa
122 que apesar de não conseguirem apresentar todos os comprovantes há o entendimento
123 de que o CIF é soberano ao TTAC e que basta a declaração do município que poderá ser
124 levada em consideração e que caso a Renova tenha alguma objeção, que seja discutida
125 no âmbito do CIF. Defende que deverá ser mantida a redação e que seja invertido o ônus
126 da prova. Luana Godinho da SEMAD questiona que deverá ser pelo menos estimado pela
127 prefeitura o gasto extraordinário realizado. Júlio Vasconcelos da Prefeitura de Mariana
128 informa que o município vem trabalhando arduamente para levantar o gasto e que há
129 dificuldade em conseguir os documentos que comprovam os gastos. Antonio Emílio da
130 Prefeitura de Rio Doce lembra que inicialmente estão sendo levantados gastos de 5
131 municípios, mas que posteriormente deverão ser feitos levantamentos para os outros
132 34 atingidos. Também lembra que o município de Rio Doce e nenhum outro foi chamado

133 para ser comprometente e que, com certeza, não foram consultados e que o ente mais
134 pobre está sendo prejudicado nesses acontecimentos. Ricardo Ruiz informa que do
135 ponto de vista lógico e jurídico o pleito da Fundação Renova faz sentido no que se refere
136 a retirada da cláusula 142. Informa que no decorrer da tarde haverá apresentação da
137 consultoria Ernst Young (EY) sobre os ressarcimentos após o dia 03 de março de 2016.
138 Ricardo Ruiz acredita que a discussão com os municípios está bastante precária.
139 Somente Rio Doce conseguiu apresentar os gastos realizados e que os outros municípios
140 não estão preparados para apresentar os gastos que foram realizados durante o evento.
141 Ricardo Ruiz acredita que o pleito de retirada da cláusula 142 é plausível. Fernanda
142 Rabelo do governo do Espírito Santo lembra que há outros meios oficiais para
143 comprovar gastos realizados. Pedro Moreira da SEDA lembra que a declaração vai abrir
144 a discussão e que caberá ao CIF e Fundação Renova questionar o que será apresentado
145 e que é interessante separar o pleito da Fundação Renova. Luana Godinho da SEMAD
146 concorda com Pedro e informa que o órgão que fará a análise dos documentos é a Ernst
147 Young e que é uma instituição neutra e lembra que o prazo para encerramento do
148 projeto piloto é 04 de novembro e que a consultoria sinalizou que deverá ser pedido a
149 prorrogação do prazo, mas esse não poderá ser prorrogado. Ricardo Ruiz sugere que
150 deverá ser encaminhada nota técnica para o CIF recomendando a retirada da cláusula e
151 a tese da SEMAD sobre a análise preliminar dos resultados observados. Antônio Santos
152 da Prefeitura de Rio Doce ratifica o encaminhamento de Pedro para que seja discutida
153 uma alternativa de meio termo para ressarcimento dos municípios. Ricardo Ruiz informa
154 que na parte da tarde será questionado à Ernst Young e Renova sobre o que foi
155 efetivamente ressarcido. Julio Vasconcelos da Prefeitura de Mariana reforça seu
156 desconforto e questiona que o tratamento dado a União e estados foi diferenciado e
157 que os municípios foram prejudicados pela maneira como os fatos ocorreram. Foi
158 sugerido que os municípios façam o levantamento de todos os gastos e apresentem até
159 o dia 04 de novembro todos os gastos extraordinários relacionados ao evento. Pedro
160 Moreira da SEDA lembra que o próprio Estado paga a Fundação Renova por alguns
161 programas e que é interessante o ressarcimento para que não comprometa as
162 atividades desenvolvidas pelos órgãos. Leonardo Kalil da SEAPA apresentou sobre os
163 ajustes no documento sobre a retomada das atividades agropecuárias. Informa que os
164 projetos apresentados poderiam ser mais diretos e detalhados e que faltaram os anexos
165 com o detalhamento dos projetos e não teve como fazer a nota técnica. Informou que
166 a Renova se comprometeu a apresentar os anexos o mais brevemente possível.
167 Leonardo Kalil sugere relatar por escrito o acontecimento relacionado aos atrasos.
168 Ricardo Ruiz sugere que os programas detalhem meta, valores, indicadores e
169 cronograma de execução. É necessário acompanhar a evolução dos programas e que o
170 CIF deverá exigir indicadores com metas para implementação. Pedro Moreira da SEDA
171 informa que existem contradições no TTAC e que algumas questões deverão ser
172 explicitadas como, por exemplo, a assistência técnica relacionada aos programas. E
173 propõe a elaboração de uma nota técnica sugerindo deliberações ao CIF. Leonardo Kalil
174 volta ao ponto do programa e informa que os indicadores apresentados são adequados
175 para avaliação. Miller Gazolla do INDI apresenta sobre o programa de diversificação da
176 economia regional que no entendimento dele só menciona a região de Mariana e deixa

177 a desejar no que diz respeito ao planejamento para fazer algo para os outros municípios.
178 Ricardo Ruiz informa que a cláusula 129 é diferente da cláusula 130 e que é necessário
179 um indicador de diversificação para ser utilizado para avaliação dos programas. Ricardo
180 esclarece que dos 39 municípios somente Mariana foi reconhecido como minerador.
181 Talvez outros poderão ser reconhecidos posteriormente. Ricardo Ruiz informa que
182 diversos programas estão com indicadores, metas, cronograma, ações e montantes
183 indefinidos ou parcialmente definidos e que deverão ser apresentados indicadores para
184 mensurar cada programa e que esse é um desafio para todos os programas. Luana
185 Godinho da SEMAD concorda com Ricardo e reafirma a importância de definição de
186 indicadores de avaliação de programas. Miller Gazolla considera que os programas
187 necessitam ser mais detalhados e que a parceria com o BDMG ainda é muito recente
188 para apresentar algum dado mensurável. Ricardo informa que o indicador deverá ser
189 objetivo e o programa deverá alcançar as metas propostas no prazo indicado. Ricardo
190 Ruiz informa que o CIF cobrará das câmaras técnicas a partir de novembro a elaboração
191 de indicadores consistentes. Miller informa que há falta de indicadores para mensurar
192 os programas propostos. Falta fundamentação metodológica, contextualização,
193 questiona se a proposta de execução do Fundo seria do Bandes e do BDMG, pois se trata
194 de uma parceria com a Fundação Renova e questiona a base de cálculo do índice de
195 diversificação econômica. Luana Godinho da SEMAD apresenta a nota técnica do PG 019
196 sobre a recuperação dos micro e pequenos negócios. Luana informa que falta anexos ao
197 programa, fazem diversas menções ao anexo I, mas esse não foi encaminhado. Luana
198 informa que encontrou divergências no valor do orçamento apresentado da ordem de
199 R\$ 6 milhões. O planejamento prevê desembolsos até 2030, mas a cláusula prevê que o
200 programa deverá ser implementado em até 2 anos. Sobre os indicadores do programa
201 sugere indicador sobre percentual de estabelecimentos impactados e recuperados
202 dentro do prazo, percentual de estabelecimentos impactados não-recuperáveis
203 incubados dentro do prazo, tempo médio para retomada das atividades econômicas e
204 índice de satisfação dos micro e pequenos negócios. André Cintra da Ramboll questiona
205 se seriam proposições complementares às da Renova ou novas propostas. Luana
206 informa que pesquisou sobre os indicadores e que o nível de confiabilidade dos
207 indicadores será difícil de ser mensurado e que os indicadores da Renova apresentam
208 algumas falhas. Por fim, apresenta os encaminhamentos sugeridos para a nota técnica.
209 Henrique Tavares do INDI informa que ainda há dois documentos para análise e ainda
210 não foram elaboradas notas técnicas, os quais se referem ao ambiente de negócios e o
211 Plano Mariana Presente. Pedro Moreira da SEDA e Fernanda Rabelo do governo do
212 Espírito Santo entendem que as notas já foram encaminhadas. Pedro Moreira informa
213 que os programas não conseguem apresentar a complexidade do sistema de agricultura
214 familiar da região e foram apresentadas ressalvas na nota. Ficou decidido que deverá
215 ser formatada uma nota técnica para consolidar as considerações sobre os programas e
216 aguardam a posição da prefeitura de Mariana sobre os programas. Foi realizado um
217 intervalo de 40 minutos para almoço. A partir de 14 horas e quinze minutos foi retomada
218 a reunião com os seguintes pontos de pauta: 1. Relato sobre o Projeto Piloto Municípios
219 (Ressarcimento), 2. Retorno à Renova dos documentos analisados: Contratação Local,
220 Ressarcimento, Diversificação da Economia Regional, Micro e Pequenos Negócios,

221 Inovação, Cursos de Qualificação de mão de obra local do SENAI e Retomada das
222 Atividades Agropecuárias. Mariana Ferreira da EY apresenta sobre o projeto piloto do
223 ressarcimento aos municípios referente ao PG 042. Foi apresentada uma tabela com a
224 situação do que foi realizado junto às prefeituras de Rio Doce, Mariana, Barra Longa,
225 Colatina e Governador Valadares. Informa que a documentação apresentada por Rio
226 Doce foi satisfatória e que os outros municípios não apresentaram documentação ou
227 quando apresentaram, foram devolvidos para que melhorem a apresentação. Então foi
228 questionado à CTEI o que deverá ser feito em relação ao ressarcimento dos municípios.
229 Ricardo Ruiz questiona qual o percentual de recursos já previstos no TTAC foi ressarcido
230 aos compromitentes. Paulo Rocha da Fundação Renova informa que ainda não foi
231 ressarcido nenhum valor referente aos R\$ 27 milhões aos compromitentes do TTAC.
232 Informa que somente alguns órgãos enviaram o detalhamento dos gastos e falta a
233 indicação do modo como deverá ser feito o pagamento ou conta bancária para
234 pagamento. Pedro Moreira questiona como que deverá ser apresentada justificativa
235 para pedido ao ressarcimento e relacionar o gasto ao evento. Mariana Ferreira da EY
236 informa que o papel da auditoria é avaliar os documentos e que será feito junto à
237 Câmara Técnica avaliação do que será ressarcido. Paulo Rocha da Fundação Renova
238 informa que deverá ser feita uma separação do que deverá ser ressarcido pelo TTAC,
239 sobre as prefeituras informa que deverá ser avaliado o que foram feitos de gastos
240 relacionados ao evento pela EY e Renova. Julio Vasconcelos da Prefeitura de Mariana
241 questiona que União e estados não foram obrigados a apresentarem comprovação de
242 gastos e que municípios apresentam dificuldade em apresentar a comprovação dos
243 gastos extraordinários e sugere que a EY possa auxiliar os municípios nessa tarefa.
244 Ricardo Ruiz questiona se os documentos internos de órgãos que comprovem gastos
245 possam ser utilizados para comprovação de gastos. Mariana Ferreira da EY acredita que
246 sim e que a Fundação Renova e CTEI devem validar que tipo de documentos podem ser
247 utilizados. Antônio Emílio da Prefeitura de Rio Doce acredita que seria interessante fazer
248 o levantamento de todos os gastos que as prefeituras consideram como extraordinários
249 para discutir com o CIF a validação dos gastos. Paulo Rocha da Renova informa que o
250 projeto piloto foi criado justamente para avaliar o que deve ser feito e que há orçamento
251 para o mês de outubro para ressarcimento. E informa que é proibido por lei o
252 pagamento para órgãos que fiscalizam a atividade da empresa. Paulo acredita que toda
253 prefeitura possui documento sobre como foi realizado gastos. Pedro Moreira da SEDA
254 solicita que todos encaminhem o que acredita que seja gasto extraordinário pelas
255 prefeituras e a partir disso avaliar se é ou não pertinente o ressarcimento. Ricardo Ruiz
256 solicita o registro de que a prefeitura de Governador Valadares não recebeu os
257 profissionais da EY para conversarem sobre o ressarcimento dos gastos extraordinários.
258 Foram repassados para os representantes da Fundação Renova o que foi solicitado na
259 parte da manhã da reunião, como por exemplo a solicitação dos anexos faltantes aos
260 programas apresentados. Lucas Scarascia da Fundação Renova informa que foi
261 apresentada uma versão preliminar do programa de retomada das atividades
262 agropecuárias. Informa que a Renova está numa fase de reavaliação interna e que
263 deverá apresentar uma versão final do documento à CTEI. Ricardo Ruiz questiona se está
264 definida a população impactada pelo programa. Lucas Scarascia informa que estão

265 sendo mapeadas o número de pessoas beneficiadas pelo programa. Emanuel Marra da
266 SEDESE faz uma crítica sobre o programa de qualificação de mão de obra local aos
267 representantes da Renova. O relatório enviado não tinha nenhum indicador sendo
268 utilizado para quantificar e avaliar o programa, então isso impossibilita a avaliação. Com
269 a falta de indicador sobre meta do programa fica difícil a avaliação. Luana Godinho da
270 SEMAD faz uma crítica sobre o programa de micro e pequenos negócios PG 019, para os
271 representantes da Fundação Renova. Paulo Rocha da Fundação Renova agradece as
272 contribuições de Emanuel e Luana, informa que os erros já foram corrigidos e que estão
273 em fase de análise e as contribuições serão consideradas. Paulo questiona qual o nível
274 de detalhamento será requerido pela CTEI e CIF pois podem ocorrer de serem enviados
275 documentos extensos e complexos. Luana informa que deverão ser apresentados alguns
276 marcos que minimamente apresentem informações que não fiquem muito genéricas e
277 que apontem noções palpáveis para se chegar ao objetivo proposto pelo projeto. Sugere
278 que sejam apontadas etapas para se chegarem ao objetivo proposto. André Cintra da
279 Ramboll informa que falta linearidade nos diferentes programas que permitem
280 entender o objetivo principal, marcos a serem seguidos e indicadores para mensuração
281 desses programas. Os indicadores que devem ser mais utilizados seriam massa salarial
282 e emprego, referentes às cláusulas 129 e 130, o indicador de diversificação deverá
283 mensurar a importância da atividade mineral dentro da região e aquela incentivada por
284 programas da Renova. Deverá ser definido o indicador de diversificação até o dia 30 de
285 novembro de 2017. Ricardo Ruiz avisa que deverá ser considerada a queda da atividade
286 econômica e não poderá ser relegado à Renova a recuperação do PIB dos municípios
287 atingidos desconsiderando esse impacto negativo e sem nexos com o evento. Paulo
288 Rocha informa que a meta sobre diversificação e recuperação econômica e de inovação
289 serão os mais difíceis de serem implementados. Julio Vasconcelos da Prefeitura de
290 Mariana acredita que a principal vocação do município seria o turismo e que poderia ser
291 levado em consideração para formar o indicador de diversificação econômica. Pedro
292 Moreira da SEDA lembra que a agricultura familiar seria interessante para diversificar a
293 economia local. Leonardo Kalil da SEAPA informa que já foi secretário de
294 Desenvolvimento Econômico de Mariana e que já foram avaliadas diversas outras
295 atividades econômicas, mas é muito difícil rivalizar com a mineração. Paulo Rocha
296 informa que a agropecuária e o turismo estão entre as atividades que estão sendo
297 avaliadas para diversificar a economia da região. Henrique Tavares e Miller Gazolla do
298 INDI apresentam as críticas e sugestões ao programa de contratação de mão de obra
299 local. Foram feitos questionamentos para saber se realmente estão sendo contratadas
300 pessoas e empresas locais para prestarem serviços para a Fundação Renova. Paulo
301 Rocha informa que foram mudadas a maneira de contratação e visa privilegiar a
302 contratação local e que os resultados devem ser apresentados nos próximos meses.
303 Julio Vasconcelos da Prefeitura de Mariana sugere que seja monitorada a evolução dos
304 empregos a cada mês. André Cintra da Ramboll sugere que a modalidade de contratação
305 poderia ser feita com ganho de escala com grandes empresas. Paulo Rocha informa que
306 está recebendo propostas com sobrepreço e há até suspeitas de cartelização na região,
307 então a estratégia de contratação pode se mostrar com outros problemas que devem
308 ser avaliados para encontrar soluções. Paulo Rocha agradece as contribuições e informa

309 que levará em consideração para melhorar a elaboração dos programas. A reunião
310 terminou às 17:48. Por ser verdade, lavro e reconheço como verídico o conteúdo dessa
311 ata escrita por Davyson Demmer Guimarães Barbosa, analista de promoção de
312 investimentos do INDI.

313 **Encaminhamentos da reunião: Secretaria da CTEI:** Criar o GT de Energia. Criar uma
314 agenda para elaborar os indicadores conjuntamente com a Fundação Renova,
315 representantes do estado do Espírito Santo e Minas Gerais. Enviar notas técnicas
316 reformuladas da CTEI ao CIF até o dia 18/10. Fazer NT e proposta de deliberação do CIF
317 para ajuste no prazo para execução do programa de utilização de rejeitos. Fazer NT para
318 propor ajustes à deliberação que trata do ressarcimento com a exclusão da cláusula 142.
319 Henrique Tavares sugere que a partir de quinta-feira, dia 18/10, possa ver internamente
320 com a Fundação Renova quais seriam os indicadores que seriam melhor utilizados para
321 serem avaliados nos programas. Henrique sugere que sejam marcadas 3 datas para que
322 sejam organizadas as reuniões, Paulo Rocha sugere que 6 programas sejam avaliados.
323 Deverá ser enviado ofício para os secretários de Fazenda dos municípios atingidos
324 informando sobre o prazo de envio de informações de gastos extraordinários
325 relacionados ao rompimento da barragem.

326 Participaram da reunião os seguintes representantes:

327 Ricardo Machado Ruiz (INDI)

328 Emanuel Camilo Marra (SEDESE)

329 Fernanda Rabelo de Sousa (IEMA/SEAMA)

330 Henrique Tavares Maior Soares (INDI)

331 Julio Cesar Vasconcelos (Prefeitura de Mariana)

332 Leonardo Brumano Kalil (SEAPA)

333 Ciceli Martins Luiz (CEMIG)

334 Luana Temponi Godinho (SEMAD)

335 Pedro de Freitas Moreira (SEDA)

336 Convidados:

337 Antônio Emílio de Freitas Santos (Prefeitura de Rio Doce)

338 Miller Gazolla de Corrêa Sá (INDI)

339 Daniel Rennó Tenenwurcel (SEDECTES)

340 André Luiz Cintra de Souza (Ramboll)

- 341 Rodrigo Bruschi (Fundação Renova)
- 342 Lucas Scarascia (Fundação Renova)
- 343 Sérgio Lima Filho (Fundação Renova)
- 344 Paulo Rocha (Fundação Renova)
- 345 Leonardo Gandara (Fundação Renova)
- 346 Maurício Werkema (Fundação Renova)
- 347 Mariana Ferreira (Ernst Young)